

ESCOLA DE INSTRUCAO ESPECIALIZADA/RJ

Estudo Técnico Preliminar 42/2025

1. Informações Básicas

Número do processo: 64502.007627/2025-80

2. Descrição da necessidade

A Escola de Instrução Especializada (EsIE), tem por missão primordial a formação, a capacitação e o aperfeiçoamento de militares em distintas áreas de conhecimento técnico e operacional. Para que tal missão seja cumprida de forma eficiente, faz-se imprescindível que as instalações destinadas ao corpo discente, ao corpo docente e ao pessoal de apoio administrativo estejam adequadamente aparelhadas, garantindo condições ergonômicas, funcionais e compatíveis com as exigências pedagógicas e operacionais da atualidade.

Nesse contexto, a necessidade de aquisição de mobiliário revela-se medida de caráter essencial, visto que grande parte do acervo atualmente disponível encontra-se em situação de desgaste natural decorrente de anos de uso intensivo, apresentando sinais de obsolescência, inadequação ergonômica e deficiências estruturais que comprometem tanto a funcionalidade dos ambientes quanto o conforto e a segurança dos usuários. O cenário se agrava diante da crescente demanda de atividades acadêmicas, administrativas e de apoio logístico, que exigem espaços devidamente estruturados para a adequada realização das tarefas.

A aquisição de novos mobiliários não se restringe ao aspecto estético, mas atende a requisitos técnicos indispensáveis, como conformidade às normas de ergonomia, padronização dos ambientes institucionais, otimização do espaço físico e garantia de durabilidade dos bens adquiridos. Além disso, a substituição e modernização do mobiliário contribuirão diretamente para a melhoria das condições de ensino-aprendizagem, aumentando a eficiência do processo instrucional e refletindo positivamente no desempenho e no bem-estar da comunidade acadêmica.

Cabe destacar, ainda, que a padronização e atualização do mobiliário proporcionam ganhos relevantes de racionalização administrativa, permitindo melhor conservação dos bens, redução de custos futuros com manutenção corretiva e alinhamento da infraestrutura física às exigências legais de acessibilidade, conforto e segurança, em consonância com as diretrizes normativas da Administração Pública e com os princípios de economicidade e eficiência.

Diante do exposto, evidencia-se a necessidade de contratação de empresa especializada para o fornecimento do mobiliário requerido, de modo a assegurar a continuidade e a qualidade das atividades desenvolvidas pela Escola de Instrução Especializada, promovendo a adequada ambiência institucional e a valorização do patrimônio público.

3. Área requisitante

Área Requisitante	Responsável
Almoxarifado	02582964700

4. Descrição dos Requisitos da Contratação

A instalação de mobiliários a ser contratada deverá observar rigorosamente requisitos técnicos capazes de assegurar a eficiência, a segurança e a qualidade do serviço prestado. Para tanto, torna-se imprescindível a utilização de materiais em conformidade com as normas da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT), bem como a observância estrita das legislações específicas aplicáveis. A execução deverá ser conduzida por técnicos devidamente habilitados, em número suficiente para atender à demanda, garantindo que todas as etapas do processo ocorram dentro dos padrões exigidos.

Compete à empresa contratada o fornecimento integral de materiais de consumo instrumental, ferramentas, equipamentos de proteção individual (EPIs) e demais aparatos indispensáveis à execução dos serviços, sem qualquer ônus adicional à Organização Militar. Entre os EPIs exigidos, incluem-se capacetes, luvas, óculos de proteção e outros itens essenciais à preservação da integridade física dos profissionais.

Os técnicos designados deverão apresentar-se uniformizados e capacitados a seguir as recomendações específicas voltadas à conservação da vida útil dos mobiliários instalados, empregando ferramentas e procedimentos em conformidade com as orientações dos fabricantes. Ademais, caberá à contratada

zelar pela organização e limpeza dos locais de trabalho, assegurando a manutenção da ordem nas áreas de circulação, escadarias e passagens, bem como promovendo o recolhimento e a destinação adequada de resíduos, entulhos e materiais remanescentes.

Os serviços deverão ser executados em integral aderência às normas da ABNT e às melhores práticas consagradas pelo mercado, de modo a garantir a integridade das instalações e o atendimento das expectativas técnicas e operacionais.

O detalhamento desses requisitos estabelece critérios claros e objetivos para a contratação, proporcionando segurança jurídica e técnica, ao mesmo tempo em que consolida as bases necessárias à execução eficiente e segura dos serviços de instalação de mobiliários no âmbito da Organização Militar.

5. Levantamento de Mercado

A análise de mercado realizada concentrou-se na avaliação detalhada de cadeiras, sofás, armários e armários de aço, considerando aspectos técnicos, funcionais e a conformidade com certificações aplicáveis. O propósito central foi identificar mobiliários capazes de atender às necessidades específicas da Administração, assegurando funcionalidade, qualidade e durabilidade no uso cotidiano.

No caso das cadeiras, a investigação abrangeu fatores como o tipo de espaldar — alto, médio ou baixo —, os mecanismos de ajuste de altura, inclinação e reclinção, bem como a estrutura metálica ou plástica, sempre com atenção especial à resistência e à durabilidade. Foram igualmente observados os encostos, em relação ao revestimento, ao suporte lombar e à ventilação, assim como as bases, giratórias ou fixas, e os rodízios, cuja especificação deve atender a diferentes superfícies. Priorizou-se a seleção de modelos que atendessem à NR-17 e às normas da ABNT, a fim de garantir ergonomia e segurança aos usuários.

Quanto aos sofás, a análise contemplou a estrutura interna, composta de madeira maciça, aço ou materiais equivalentes, a presença de suportes e travessas reforçadas, a densidade e elasticidade das espumas, o desenho dos braços para conforto e funcionalidade, o material dos pés — madeira, metal ou polímero de alta resistência —, além do estofamento, que poderia ser em couro natural, sintético ou tecido de alto desempenho. Também foram considerados critérios de resistência ao desgaste, facilidade de manutenção e qualidade estética, tendo em vista ambientes administrativos e áreas de recepção.

No que se refere aos armários, a avaliação incidiu sobre os materiais predominantes, como MDF, madeira maciça ou compensado, os tipos de acabamento, incluindo pintura melamínica, laminados ou revestimentos ecológicos, e as configurações internas, como prateleiras ajustáveis, gavetas com sistemas de amortecimento e divisórias. Aspectos como a capacidade de carga por prateleira e os sistemas de travamento, mecânicos ou eletrônicos, também foram analisados. Destacaram-se ainda os produtos com acabamentos resistentes à umidade e com certificações de sustentabilidade, como o selo FSC, considerados especialmente adequados para ambientes de maior exposição.

Já para os armários de aço, foram observados critérios específicos, como a espessura das chapas metálicas, variável de acordo com a carga projetada, e o tipo de revestimento, sendo priorizada a pintura eletrostática a pó, que confere maior resistência à corrosão e ao impacto. A capacidade de carga por prateleira, os sistemas de ventilação, como venezianas ou aberturas específicas, as divisórias internas modulares e os mecanismos de travamento, cilíndricos ou digitais, também compuseram o rol de fatores de análise. Nesse caso, a resistência a impactos e a conformidade com as normas da ABNT foram consideradas essenciais, sobretudo para o armazenamento de materiais sensíveis.

Além disso, tanto os armários em madeira quanto os de aço foram avaliados sob a ótica da sustentabilidade, considerando sua compatibilidade com práticas de logística reversa e reciclabilidade dos materiais. Certificações como a ISO 9001, voltada ao controle de qualidade, e selos de fabricação sustentável foram destacadas como diferenciais relevantes no processo de seleção.

Por fim, a extensão e o detalhamento dessa análise encontram-se devidamente pormenorizados nas descrições técnicas dos bens, conforme registrado no Apêndice II ao Termo de Referência, o que assegura transparência e respaldo técnico ao processo de aquisição.

6. Descrição da solução como um todo

A solução proposta tem por objetivo atender integralmente às necessidades da Escola de Instrução Especializada, assegurando a aquisição e a instalação de mobiliários de elevada qualidade, em conformidade com os parâmetros técnicos, normativos e funcionais aplicáveis à Administração Pública.

O escopo da contratação contempla o fornecimento e a montagem de cadeiras, sofás e armários, incluindo modelos metálicos, de modo a suprir de forma equilibrada as demandas dos diversos ambientes administrativos, instrucionais e de apoio da Organização Militar. Cada item foi definido a partir de critérios técnicos rigorosos, que consideram a ergonomia, a durabilidade, a segurança, a sustentabilidade e a adequação estética ao ambiente institucional, preservando a uniformidade visual e a coerência funcional dos espaços.

No que se refere às cadeiras, foram especificados modelos ergonômicos em conformidade com a Norma Regulamentadora nº 17 e com as normas da Associação Brasileira de Normas Técnicas, dotados de regulagens de espaldar, altura e inclinação, além de bases giratórias e rodízios apropriados para diferentes tipos de piso. Essas características asseguram conforto, estabilidade e segurança durante o uso prolongado, contribuindo para a prevenção de lesões ocupacionais e para o aumento da produtividade dos usuários.

Em relação aos sofás, a solução contempla produtos com estrutura interna reforçada, densidade de espuma compatível com uso intensivo e revestimentos de alta resistência, que conciliam durabilidade, conforto e aparência compatível com o padrão institucional. Esses mobiliários destinam-se a ambientes de convivência, recepção e áreas de espera, proporcionando conforto e estética harmônica sem comprometer a robustez exigida pelo uso público.

Os armários de madeira foram definidos com base em critérios de funcionalidade e resistência, garantindo organização, acessibilidade e segurança no armazenamento de documentos e materiais. Os acabamentos são de alta durabilidade, as prateleiras possuem regulagem e os sistemas de travamento atendem às exigências de segurança. Já os armários metálicos foram selecionados para espaços que demandam maior resistência estrutural, sendo fabricados em chapas de aço carbono com espessura adequada, pintura eletrostática anticorrosiva e capacidade elevada de carga por prateleira, o que garante desempenho superior mesmo em ambientes de alta rotatividade.

A instalação dos mobiliários será realizada por equipe técnica habilitada, utilizando ferramentas adequadas e observando rigorosamente as normas de segurança e montagem da ABNT. O procedimento incluirá a organização e a limpeza das áreas de trabalho, o descarte ambientalmente correto de resíduos e o zelo pela integridade das instalações da Escola de Instrução Especializada, sem prejuízo das atividades rotineiras das seções atendidas.

Além dos aspectos técnicos e funcionais, a solução proposta incorpora critérios de sustentabilidade em todas as etapas do ciclo de vida dos produtos, com preferência por materiais recicláveis, processos produtivos de baixo impacto ambiental e fornecedores que possuam certificações de qualidade e responsabilidade socioambiental, como ISO 9001, ISO 14001 e selo FSC. Essa orientação assegura a conformidade com as diretrizes da Política Nacional de Sustentabilidade na Administração Pública e reforça o compromisso institucional com o uso racional dos recursos.

A proposta está ancorada em análise de viabilidade técnica e econômica, garantindo o equilíbrio entre custo, qualidade e durabilidade, em consonância com o princípio da economicidade previsto na Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021. A aquisição centralizada permitirá a padronização das especificações, a simplificação dos processos de controle e a maior eficiência na execução contratual.

Dessa forma, a solução delineada representa uma resposta técnica e administrativamente adequada às necessidades da Escola de Instrução Especializada, unindo desempenho, funcionalidade, sustentabilidade e racionalidade no uso dos recursos públicos, em estrita observância aos princípios da legalidade, eficiência e interesse público.

7. Estimativa das Quantidades a serem Contratadas

A presente justificativa tem por finalidade demonstrar a necessidade, adequação técnica e regularidade normativa da aquisição de mobiliários diversos destinados à modernização dos ambientes administrativos, didáticos e coletivos da Escola de Instrução Especializada – ESIE, conforme relação constante na planilha de itens. O conjunto de mobiliários abrange cadeiras operacionais e fixas, longarinas, armários, mesas de trabalho, plataformas colaborativas, estantes, sofás e poltronas, compondo um acervo de bens permanentes indispensável à melhoria da ergonomia, da funcionalidade e do desempenho institucional.

A substituição e ampliação do mobiliário justifica-se pela obsolescência e desgaste físico do acervo atual, pela adequação às normas técnicas e ergonômicas vigentes, e pela necessidade de uniformização dos ambientes internos à luz dos princípios de eficiência e sustentabilidade estabelecidos nos arts. 11 e 18 da Lei nº 14.133/2021. A padronização dos modelos busca assegurar durabilidade, manutenção simplificada e compatibilidade dimensional entre setores de uso administrativo, pedagógico e de convivência.

Sob o aspecto técnico, os itens contemplam requisitos de conformidade com normas da ABNT, o que garante desempenho seguro, ergonômico e ambientalmente responsável. As cadeiras operacionais e fixas, por exemplo, seguem os parâmetros da NBR 13962:2018, que estabelece requisitos de resistência estrutural, estabilidade e conforto postural, além da NR-17, que define condições ergonômicas para mobiliário utilizado em estações de trabalho. Esses assentos possuem mecanismos de ajuste de altura, inclinação e apoio de braços, espumas injetadas de densidade controlada e bases com rodízios de duplo giro, conferindo conforto e prevenindo doenças osteomusculares decorrentes do uso prolongado.

As mesas de trabalho lineares e em “L”, bem como as plataformas duplas e mesas de reunião, atendem aos parâmetros dimensionais da NBR 13961:2010, utilizando painéis de MDP com revestimento melamínico texturizado, bordas de PVC coladas pelo sistema hot-melt e ferragens metálicas de fixação certificadas. Tais características asseguram resistência mecânica, estabilidade estrutural e acabamento de alto padrão, adequados ao uso intensivo em ambientes administrativos e acadêmicos. Os tampos e bases metálicas são tratados por fosfatização e pintura epóxi eletrostática, conforme normas da NBR 17088:2023, garantindo resistência à corrosão superior a 500 horas de névoa salina.

Os armários e gaveteiros seguem padrões técnicos idênticos, com prateleiras reguláveis, travamentos metálicos e ferragens tipo caneco com abertura de 110°, de modo a permitir o armazenamento seguro de documentos e equipamentos. Os materiais empregados são certificados pelos selos FSC ou CERFLOR, assegurando origem sustentável da madeira, e contam com laudos de qualidade do MDP e das fitas de borda (NBR 14810-2 e NBR 16332), além de certificados de ergonomia e sustentabilidade ambiental (ISO 14020/14024), emitidos por organismos de certificação acreditados pelo Inmetro.

A inclusão de sofás, poltronas e longarinas atende à necessidade de requalificação das áreas de recepção, espera e convivência, proporcionando conforto e estética institucional compatíveis com o uso coletivo. Esses itens seguem a NBR 15164:2004 e a NBR 16031:2012, contemplando espuma isenta de CFCs, tecidos laváveis e estruturas metálicas tratadas com pintura eletrostática, garantindo segurança, durabilidade e desempenho ambientalmente responsável. Já as cadeiras escolares com prancheta lateral fixa, em conformidade com a NBR 16671:2018, são indispensáveis ao ambiente de ensino, assegurando conforto antropométrico adequado aos discentes e resistência conforme os padrões educacionais.

Importa destacar que todos os itens possuem certificações obrigatórias: laudos de ergonomia, relatórios de resistência à corrosão, ensaios de queima de espuma (NBR 9178), ensaios de aderência de tinta (NBR 11003) e teor máximo de cinzas (NBR 14961), além da exigência de garantia mínima de cinco anos por parte dos fabricantes, conforme descrito no Apêndice II – Descrição Técnica

8. Estimativa do Valor da Contratação

Valor (R\$): 2.097.072,25

Através do Documento de Formalização da Demanda, do Chefe da Equipe de Planejamento da Contratação, foi realizada uma pesquisa de preço aonde se chegou ao valor estimado da contratação de R\$ 2.097.072,25

A estimativa de preços e preços de referência estão discriminados no relatório de pesquisa de preços anexo aos autos processuais da presente contratação. Para a pesquisa de preços deve ser observado o estabelecido na IN 65, de 07 de julho de 2021. A pesquisa de preços foi materializada em documento contendo, no mínimo:

I. identificação do agente responsável pela cotação;

II. caracterização das fontes consultadas;

III. série de preços coletados;

IV. método matemático aplicado para a definição do valor estimado; e

V. justificativas para a metodologia utilizada, em especial para a desconsideração de valores inexequíveis, inconsistentes excessivamente elevados, se aplicável

9. Justificativa para o Parcelamento ou não da Solução

A decisão de não promover o parcelamento do objeto referente à aquisição de mobiliários para a Escola de Instrução Especializada fundamenta-se em critérios de natureza técnica, administrativa e de gestão contratual, que convergem para a necessidade de manutenção da unidade funcional do fornecimento. A análise do conjunto de itens demonstra que, embora exista diversidade tipológica entre cadeiras, mesas, armários, estantes e sofás, todos integram um mesmo sistema de mobiliário destinado à equipagem completa e coerente de ambientes administrativos, pedagógicos e coletivos, cuja padronização estética e construtiva constitui requisito essencial para o adequado atendimento à finalidade institucional.

A fragmentação do objeto, ainda que possível em tese, acarretaria sérios prejuízos à homogeneidade técnica, à compatibilidade de dimensões e acabamentos, à uniformidade de padrões ergonômicos e à coerência visual dos espaços que compõem o conjunto arquitetônico da unidade. A adoção de modelos distintos, provenientes de fornecedores diferentes, implicaria divergências de tonalidade, de texturas, de revestimentos e de ferragens, comprometendo não apenas o resultado estético, mas também a funcionalidade operacional dos ambientes, sobretudo aqueles que exigem continuidade modular e integração de componentes, como mesas de trabalho em plataforma, armários conjugados e cadeiras de uso coletivo.

Além disso, a experiência administrativa demonstra que o parcelamento excessivo de bens de mesma natureza, quando destinados a um uso comum e coordenado, tende a elevar o custo global da contratação, uma vez que cada lote requer procedimentos próprios de licitação, gestão, recebimento, garantia e fiscalização. Tal cenário ampliaria o número de contratos e ordens de fornecimento, onerando a estrutura administrativa com o acompanhamento simultâneo de múltiplos fornecedores, o que se revela contraproducente diante do princípio da eficiência previsto no artigo 5º da Lei nº 14.133/2021. A concentração do fornecimento em um único contrato, ao contrário, assegura coerência logística, simplificação de controles, economia de escala e maior responsabilidade técnica do contratado pela uniformidade de desempenho dos produtos entregues.

O mobiliário previsto neste certame foi projetado a partir de um estudo técnico que visa não apenas substituir peças obsoletas, mas estabelecer um padrão institucional duradouro, com características estéticas e dimensionais compatíveis entre si. Essa interdependência técnica impõe que o fornecimento se mantenha unificado, pois as especificações constantes do Apêndice II, que abrangem requisitos de conformidade com normas da ABNT, certificações ambientais e laudos de ergonomia, são intrinsecamente relacionadas e de aplicação simultânea. O fracionamento inviabilizaria o controle integral desses requisitos, fragilizando a rastreabilidade da certificação de origem e a coerência entre os laudos técnicos exigidos.

Importa ressaltar que a vedação ao parcelamento, neste caso, não afronta o disposto no artigo 18, §1º, inciso II, da Lei nº 14.133/2021, uma vez que a inviabilidade técnica e econômica de divisão do objeto está devidamente demonstrada. O princípio da competitividade permanece preservado, pois o agrupamento dos itens não impede a participação de empresas do setor moveleiro capazes de fornecer o conjunto completo, especialmente considerando a ampla industrialização do segmento e a existência de fabricantes e distribuidores de porte nacional aptos a atender à integralidade do objeto.

Ademais, o fornecimento integrado contribui para a uniformidade dos prazos de entrega, para a coerência das garantias e para o adequado planejamento de instalação e distribuição interna, evitando descompassos que comprometeriam o cronograma institucional. A gestão unificada do contrato permitirá controle centralizado de qualidade e aplicação harmônica das garantias, assegurando que o mobiliário adquirido mantenha o mesmo padrão construtivo, de acabamento e de desempenho ao longo de toda a sua vida útil.

Assim, a não adoção do parcelamento constitui medida técnica e economicamente racional, assegurando a eficiência, a padronização e a rastreabilidade do fornecimento, preservando a unidade do objeto e garantindo que o investimento público resulte em um conjunto coeso, harmônico e de elevada durabilidade, plenamente alinhado aos princípios de planejamento, eficiência e vantajosidade que norteiam a administração pública contemporânea.

10. Contratações Correlatas e/ou Interdependentes

Não há contratações correlatas ou interdependentes que contribuam para a viabilidade e contratação desta demanda.

11. Alinhamento entre a Contratação e o Planejamento

A presente contratação encontra-se integralmente alinhada ao planejamento institucional da Escola de Instrução Especializada, em conformidade com as diretrizes estratégicas do Exército Brasileiro voltadas à modernização dos espaços administrativos, pedagógicos e de convivência. A aquisição dos mobiliários descritos decorre de necessidade previamente identificada nos levantamentos patrimoniais e nos relatórios de condições de uso dos bens permanentes, os quais evidenciaram o desgaste físico, a desatualização ergonômica e a insuficiência quantitativa do mobiliário atualmente disponível.

A demanda foi incluída no planejamento anual de aquisições da Unidade, inserindo-se nas ações de melhoria da infraestrutura física e de adequação às normas de ergonomia e sustentabilidade, conforme diretrizes da Política de Governança e Gestão do Ministério da Defesa e dos instrumentos de planejamento interno. O objeto proposto contribui diretamente para o cumprimento das metas de otimização do ambiente de trabalho, racionalização dos recursos materiais e incremento da eficiência organizacional, em consonância com o princípio da economicidade e com o artigo 11 da Lei nº 14.133 /2021, que impõe à Administração o dever de planejar suas contratações de modo a atender efetivamente ao interesse público.

A aquisição de mobiliários novos e tecnicamente certificados constitui etapa necessária para a continuidade das atividades administrativas e de ensino da Escola, garantindo condições adequadas de conforto, segurança e desempenho aos servidores e instrutores. Ademais, a contratação integra as ações constantes do Plano Anual de Contratações vigente, classificando-se na categoria de bens permanentes destinados à renovação e modernização da infraestrutura organizacional.

Em caso de atualização formal do Plano que eventualmente ainda não tenha refletido a totalidade dos itens descritos, a ausência de registro específico não configura descumprimento do inciso IX do artigo 7º da Instrução Normativa nº 40/2020, uma vez que a necessidade foi identificada dentro do ciclo contínuo de planejamento e encontra respaldo nos instrumentos de governança e gestão patrimonial da Unidade, devidamente documentados e aprovados pelos setores competentes.

Dessa forma, a contratação ora proposta decorre de um processo de planejamento estruturado, fundamentado em diagnóstico técnico e patrimonial, alinhado às metas de eficiência administrativa e de adequação ergonômica e ambiental, demonstrando pleno atendimento ao disposto no artigo 7º e em seu §2º da Instrução Normativa nº 40/2020.

12. Benefícios a serem alcançados com a contratação

A contratação em questão tem como propósito central a obtenção de mobiliários que assegurem a modernização, a padronização e a plena adequação dos ambientes administrativos e funcionais da Escola de Instrução Especializada, em conformidade com os parâmetros técnicos e normativos previamente estabelecidos. Entre os principais benefícios a serem alcançados, destacam-se:

Em primeiro plano, observa-se a elevação da qualidade das condições de trabalho, por meio da disponibilização de cadeiras ergonômicas, sofás, armários e armários de aço que atendem às normas de ergonomia e segurança (NR-17 e ABNT). Esse fator contribui diretamente para o bem-estar dos usuários, a redução de riscos ocupacionais e a preservação da saúde dos servidores e militares que utilizarão os equipamentos em suas rotinas.

Outro benefício relevante é a uniformidade estética e funcional dos espaços institucionais, promovendo ambientes mais organizados, harmônicos e condizentes com a imagem de eficiência e profissionalismo que se espera da Administração Pública. Essa padronização favorece não apenas a funcionalidade dos setores, mas também a integração entre as unidades participantes do processo, reforçando a coesão organizacional.

A contratação também proporcionará ganhos de eficiência operacional, uma vez que a centralização da aquisição permitirá economia de escala, redução de custos logísticos e simplificação da gestão contratual. Esses fatores contribuem para otimizar os recursos orçamentários.

Adicionalmente, será alcançado o benefício da durabilidade e sustentabilidade do investimento, por meio da aquisição de bens com certificações de qualidade e sustentabilidade (como ISO 9001 e FSC), privilegiando materiais recicláveis e práticas de logística reversa. Isso garante maior vida útil aos produtos e alinhamento às políticas públicas de responsabilidade socioambiental.

Por fim, destaca-se o fortalecimento da governança e da transparência administrativa, na medida em que o processo está ancorado em estudo técnico preliminar criterioso, que documenta de forma clara as necessidades, as justificativas e os parâmetros técnicos que orientam a contratação. Tal alinhamento assegura rastreabilidade das decisões, maior controle social e aderência aos princípios da eficiência, legalidade e interesse público.

Em síntese, a contratação viabilizará a melhoria das condições de trabalho, a padronização dos ambientes, a otimização dos recursos públicos e a consolidação de práticas sustentáveis, constituindo-se em medida plenamente vantajosa e estratégica para a Administração.

13. Providências a serem Adotadas

Após a assinatura do contrato e a emissão da respectiva ordem de fornecimento, a Escola de Instrução Especializada deverá adotar providências organizadas e preventivas, destinadas a garantir a execução adequada, tempestiva e segura do objeto contratado.

Em primeiro lugar, será necessária a designação formal dos fiscais responsáveis pelo acompanhamento e pela execução contratual, observando-se o disposto na Instrução Normativa SEGES/ME nº 73/2022 e nas diretrizes internas do Comando do Exército. Esses servidores deverão ser capacitados para a função, possuir pleno acesso ao contrato, ao edital e às especificações técnicas, e manter registro detalhado de todas as etapas da execução, assegurando transparência, rastreabilidade e integridade do processo.

Deverá ser providenciada, ainda, a preparação dos ambientes que receberão os mobiliários, com a retirada prévia de equipamentos antigos, a limpeza e a reorganização dos espaços, bem como a verificação de possíveis adaptações estruturais, como ajustes elétricos, correções de layout e nivelamento de superfícies. Essa preparação antecipada reduz riscos de incompatibilidade, evita atrasos e garante condições adequadas para a instalação.

Durante o fornecimento e a montagem, o acompanhamento técnico será contínuo, com a utilização de instrumentos de controle como checklists e relatórios de conformidade. Cada etapa deverá ser registrada em termos de quantidade, qualidade e atendimento aos parâmetros técnicos, permitindo a fiscalização comparar os resultados obtidos com as exigências contratuais e identificar, em tempo hábil, eventuais não conformidades ou falhas de execução.

Concluída a instalação, será realizada a vistoria definitiva dos mobiliários, com emissão do termo de recebimento definitivo, conforme previsto na Lei nº 14.133/2021. Esse procedimento deverá ser acompanhado de laudos, relatórios fotográficos e documentação comprobatória da conformidade técnica e estética dos produtos instalados, garantindo a rastreabilidade do processo e a segurança jurídica da Administração.

A EsIE também deverá assegurar o arquivamento adequado de todos os documentos relacionados à execução contratual, incluindo comunicações formais, atas de reuniões, relatórios de fiscalização e eventuais termos aditivos, observando as normas de gestão documental e de transparência pública.

Por fim, é recomendável que a Administração realize avaliação posterior sobre a efetividade do fornecimento, verificando o nível de satisfação dos usuários, a durabilidade dos materiais e a eficiência da execução contratual. Essa prática, além de fortalecer o controle interno e a governança, permitirá o aperfeiçoamento contínuo das futuras contratações e a consolidação de um modelo de gestão pública moderno, responsável e orientado a resultados.

14. Possíveis Impactos Ambientais

A aquisição de mobiliários acompanhada dos serviços de instalação pode acarretar impactos ambientais relevantes, sobretudo nos processos de fabricação, transporte e montagem dos itens. Entre os principais efeitos adversos destacam-se a geração de resíduos sólidos como: restos de madeira, metal, plástico e vidro, oriundos das etapas de instalação, bem como o elevado consumo de energia empregado tanto na produção dos materiais quanto no transporte até o local de uso. Esse cenário contribui para a emissão de gases de efeito estufa, intensificando as mudanças climáticas e exigindo atenção especial da Administração.

Outro fator a ser considerado é a utilização intensiva de recursos naturais, como madeira, alumínio e minerais, cuja extração, quando realizada de forma não sustentável, pode comprometer a biodiversidade e o equilíbrio dos ecossistemas. Para mitigar tais impactos, faz-se necessário adotar práticas de sustentabilidade, assegurando a correta separação e destinação dos resíduos gerados, com prioridade para processos de reciclagem e reaproveitamento, em consonância com os princípios da economia circular.

A contratação deve ainda privilegiar o uso de materiais sustentáveis, como madeira proveniente de manejo certificado e alumínio reciclado, de forma a reduzir os impactos ambientais desde a origem dos insumos. A eficiência energética também deve ser tratada como prioridade, tanto nos processos produtivos quanto na própria utilização continuada dos mobiliários, garantindo menor consumo de energia ao longo de sua vida útil. Complementarmente, ações de compensação ambiental, como programas de plantio de árvores, podem ser implementadas para neutralizar as emissões de gases de efeito estufa associadas às etapas de fabricação e transporte.

Dessa forma, a contratação se apresenta não apenas como uma resposta à necessidade funcional da Administração, mas também como oportunidade de alinhar as práticas institucionais à responsabilidade socioambiental, minimizando impactos negativos e promovendo políticas sustentáveis em consonância com os compromissos da gestão pública contemporânea.

15. Declaração de Viabilidade

Esta equipe de planejamento declara **viável** esta contratação.

15.1. Justificativa da Viabilidade

A contratação proposta revela-se plenamente viável sob os aspectos técnico, econômico e operacional, uma vez que os itens especificados correspondem a bens de uso comum, amplamente disponíveis no mercado nacional, com oferta diversificada e atendimento às normas da ABNT e aos parâmetros de ergonomia e sustentabilidade exigidos pela Administração Pública.

16. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

EDUARDO JOSE MARIA

Membro da comissão de contratação